

Reitores fazem pressão para mudar nova Carta

São Paulo — Reitores que participaram ontem da 40ª reunião anual da SBPC defenderam a supressão do artigo das disposições transitórias da nova Constituição, que prevê a destinação para o ensino fundamental de 50 por cento dos reservados para a educação. Segundo o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Cid Veloso, isso pode significar o «exterminio das universidades federais».

Atualmente, o ensino de primeiro e segundo graus é de responsabilidade dos Estados e municípios e o ensino superior da União. Se mantido o dispositivo constitucional, as verbas destinadas às universidades fatalmente serão reduzidas, na medida em que metade dos recursos reforçarão o ensino fundamental. De acordo com o reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque, já há um trabalho junto aos constituintes mais ligados à questão da educação no sentido de se suprimir o artigo no segundo turno de votações.

Os reitores reunidos na SBPC para discutir o tema Universidade e Produção do Conhecimento — um número bem inferior ao esperado pelos organizadores do evento — contestaram ainda os dados do Ministério da Educação a respeito dos gastos e da proporção professor/aluno nas universidades federais. Eles afirmaram que a proporção professor/aluno é de um para

nove e não de um para seis como alega o MEC.

Cortes

Os cortes de mais de 50% no orçamento do Ministério da Educação estabelecidos pela Secretaria de Planejamento da Presidência República (Seplan) kvão inviabilizar o funcionamento das 50 universidades e escolas federais superiores em todo o País. desenvolvidos pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), como o da merenda e material escolar, livro didático e saudo estudantil, também serão afetados.

Nas contas dos técnicos do Ministério da Educação, os cortes no setor educacional ultrapassarão a Cz\$ 150 bilhões, ou seja, mais de 50% do orçamento inicial do MEC em 88, que era de Cz\$ 304 bilhões. Com a revislão orçamentária feita pela Seplan, os recursos do MEC subiram, aparentemente, para Cz\$ 512 bilhões. Mas, devido à inflação acumulada este ano (167,74% até junho) — as verbas do Ministério, segundo seus técnicos, deveriam situar-se no mínimo em torno de Cz\$ 670 bilhões.

«O ministro João Batista de Abreu, em suas entrevistas durante a semana, não deixou claro quais foram os critérios utilizados pela Seplan para promover a revisão orçamentária», criticou o secretário de Orçamento do MEC, Cleber Ribeiro.

A busca de aperfeiçoamento

São Paulo — Buscar aperfeiçoamento no exterior ainda tem sido a única alternativa para os cientistas que se formam em várias partes do País, especialmente, na Universidade de São Paulo. Enquanto a iniciativa privada absorve boa parte do contingente especializado em tecnologia, profissionais formados em outras áreas ficam a espera de vagas para lecionar em universidades, ou mesmo da criação de programas de pesquisa de âmbito nacional.

A presidente da Sociedade Brasileira para o Processo da ciência, Carolina Bori, afirma que hoje há mais oportunidades para os cientistas no Brasil, mais ainda assim «é quase imperativo sair».

«Boa parte de nossos cientistas tem conseguido ir para o exterior, ampliando a visão em suas especialidades e preparando-se adequadamente para trabalhar aqui no Brasil, embora apenas os que atuam na área de tecnologia obtenham melhor colocação na iniciativa privada», disse Bori.

A USP, a universidade de Campinas (Unicamp) e algumas áreas da Universidade Federal do Rio de Janeiro são apontadas por Bori como celeiros de cientistas no Brasil. Mas isso apenas não basta.

«Faltam programas nacionais de pesquisas, que são fatores muito

importantes de aprimoramento», observou.

Analfabetos

O número de analfabetos existente hoje nos países da América Latina, 45 milhões de pessoas (dos quais 40 por cento no Brasil), cairá apenas para 35 milhões no ano 2000, revelou ontem o diretor de educação da Unesco para a América Latina e Caribe, Juan Carlos Tedesco, durante a 40ª Reunião Anual da SBPC. A estimativa mostra que o compromisso de acabar com o analfabetismo até o próximo século, assumido pelos ministros de Educação dos países latino-americanos no encontro da Unesco, realizado em 1979, no México, e ratificado no encontro do ano passado em Bogotá, não será cumprido.

«Os países da América Latina têm uma característica principal no que se refere ao analfabetismo, que é conviver com uma grande massa de pessoas excluídas, que não conseguem superar os primeiros anos da educação básica» — comentou Tedesco.

Há 10 anos, o índice de analfabetos na população latino-americana era de 25 por cento e hoje é de 17 por cento, o que não significa que tenha diminuído o número de analfabetos, levando em consideração o crescimento populacional, cujo índice foi superior.